



PROCIV

BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL / N.º28 / JULHO 2010 / ISSN 1646-9542

ÍNDICE



NOTÍCIAS — PÁG. 2/3

> Conselho Nacional de Bombeiros reúne na ANPC

> Início da Fase Charlie

NOTÍCIAS DOS DISTRITOS — PÁG. 4

> CDOS de Beja e Bragança com novos Comandantes

DIVULGAÇÃO — PÁG. 5

> Início da Fase Charlie de combate a incêndios florestais



TEMA — PÁGS. 6/7

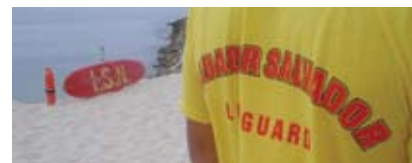
> Investigação criminal em matéria de incêndios florestais

PROJETOS — PÁG. 8

> Impacto Psicológico da Prática dos Tripulantes de Ambulância

INTERNACIONAL — PÁG. 9

> 24.ª Reunião de Diretores-Gerais de Protecção Civil



RECURSOS — PÁG. 10

> Concessão a 11 profissionais do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa da medalha de mérito de proteção e socorro, no grau cobre e distintivo laranja

QUEM É QUEM — PÁG. 11

> Instituto de Socorros a Náufragos

AGENDA — PÁG. 12

28

julho de 2010

Distribuição gratuita

Para receber o boletim PROCIV em formato digital inscreva-se em:

www.prociv.pt

Os artigos que constam neste Boletim foram redigidos ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nomes próprios e designações de organismos mantêm a grafia anterior.

EDITORIAL

Responder aos desafios

Verão, para muitos de nós, significa descanso e lazer à beira-mar. Não podemos esquecer, contudo, que as praias, embora na generalidade seguras, comportam riscos para os quais é necessário estar alerta. A derrocada das arribas é um deles e, como se viu no ano passado, na praia Maria Luísa, poderá ter consequências dramáticas. Por essa razão, três entidades públicas, entre as quais a ANPC, juntaram esforços no sentido de finalizarem uma campanha de sensibilização para os perigos que uma simples ida à praia pode comportar, caso não sejam cumpridas as recomendações difundidas pelas autoridades e se os princípios do bom-senso forem negligenciados.

Verão é também uma época propícia para a deflagração de incêndios florestais. O combate a este flagelo, nos últimos anos, tem dado ainda mais consistência à nossa convicção de que grande parte do sucesso do trabalho reside na eficácia da primeira intervenção. Melhorámos bastante neste domínio, fruto de uma maior e melhor vigilância e fiscalização, da introdução no Dispositivo de equipas especializadas em combate indireto e de uma abordagem assente no conceito de comando único. Não nos podemos esquecer, todavia, que 97% dos incêndios florestais têm origem em actos negligentes, pelo que serão sempre insuficientes os esforços e a dedicação dos milhares de Bombeiros, Sapadores, Militares e demais Agentes de Protecção Civil se não houver uma mudança de comportamento por parte das populações.

Arnaldo Cruz

QREN: novos contratos e novo período de candidaturas

O Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, homologou recentemente 12 novos contratos do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) tendo em vista financiar a construção de infraestruturas e aquisição de equipamentos de várias Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Os contratos outorgados correspondem a um investimento total de cerca de 7,3 milhões de euros, dos quais cerca de 5 milhões de euros resultam de fundos comunitários.

O 4.º período de candidaturas a apoios comunitários para a área da Proteção Civil teve uma apresentação pública em Portimão, no dia 22 de junho, tendo contado com a participação do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Conde Rodrigues. Esta nova fase de candidaturas no domínio de intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos” do Eixo Prioritário III – Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) tem como principais objetivos a melhoria do sistema nacional de proteção civil e o reforço das infraestruturas, equipamentos e meios, com especial destaque para prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos. Os Governos Cívicos, Municípios, Associações de Municípios e Associações Humanitárias de Bombeiros são os principais beneficiários desta nova fase de candidaturas.



Bombeiros condecorados

No decorrer das comemorações do Dia do Bombeiro Português, realizadas no dia 30 de maio, na Praça do Império, em Lisboa, o Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, atribuiu a condecoração a quatro bombeiros que se distinguiram no exercício da sua atividade.

Por proposta da ANPC, estes quatro bombeiros voluntários foram distinguidos com a medalha de mérito de Proteção e Socorro, no Grau Ouro, Prata e Cobre e Distintivo Azul. Foi igualmente atribuída, a título póstumo, a medalha de mérito de Proteção e Socorro, no Grau Ouro e Distintivo Azul, ao bombeiro que morreu no socorro às vítimas da intempérie que afetou a Madeira, em fevereiro deste ano. A cerimónia, organizada pela Liga dos Bombeiros Portugueses, contou com a presença de centenas de bombeiros representantes de corporações de todo o país.

1.



Condecoração dos Bombeiros

[© Marques Valentim, Jornal Bombeiros de Portugal]

1.

Campanha sensibiliza banhistas para os perigos junto a arribas

O Instituto da Água juntou-se à ANPC e ao Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) para o lançamento de uma campanha de sensibilização com o objetivo de alertar as populações para alguns perigos que uma simples ida à praia pode comportar. A campanha envolve a distribuição de folhetos informativos e a disponibilização de conteúdos na Internet, aconselhando sobretudo aos banhistas que evitem as zonas junto às arribas.

Sessões de esclarecimento junto da comunicação social

A ANPC realizou, durante o mês de junho, um conjunto de ações de formação junto dos jornalistas que acompanham a área da Proteção Civil, nomeadamente os que fazem, no verão, a cobertura noticiosa dos incêndios florestais. O objetivo é apoiar estes profissionais na sua missão de informar o cidadão, dotando-os dos adequados conceitos técnicos e operacionais.

Contratação de desempregados para a prevenção de incêndios florestais

Os Ministros da Administração Interna, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Trabalho e da Solidariedade Social, assinaram, no dia 16 de junho, um protocolo que visa estabelecer condições para que cerca de mil desempregados participem em ações de prevenção dos incêndios florestais, reflorestação e vigilância das florestas. A iniciativa tem como públicos-alvo os cidadãos que beneficiam atualmente do subsídio de desemprego, do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção.

Conselho Nacional de Bombeiros

reúne na ANPC

Decorreu, na sede da ANPC, no passado dia 23 de junho, a 5.ª reunião Plenária do Conselho Nacional de Bombeiros, órgão consultivo em matéria de bombeiros. O tema central deste encontro foi a apreciação e deliberação do Projeto de Alteração ao Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, n.º 21638/2009, sobre as “Especificações técnicas de veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros”, publicado em Diário da República, na 2.ª Série, n.º 188, de 28 de setembro.

A reunião, presidida pelo presidente da ANPC, contou com a presença da Diretora Nacional de

Bombeiros e dos restantes membros do Conselho: INEM, Direcção-Geral das Autarquias Locais, Escola Nacional de Bombeiros, Instituto de Socorros a Náufragos, Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Associação Nacional de Freguesias, Liga dos Bombeiros Portugueses e Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

2.



Reunião do Conselho Nacional de Bombeiros

2.

Início da Fase Charlie do DECIF

Foi dado arranque oficial, no passado dia 1 de julho, no Centro de Meios Aéreos de Moura, distrito de Beja, à Fase Charlie do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) 2010. Nesta sessão, presidida pelo Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, fez-se um balanço da Fase Bravo, assinaram-se protocolos com vista à constituição de novas Equipas de Intervenção Permanentes (EIP) e foi empossado o novo Comandante Distrital de Operações de Socorro de Beja, Major Víctor Manuel Silva Cabrita.

Novos planos de emergência aprovados pela Comissão Nacional de Protecção Civil

Na última reunião da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), realizada a 31 de maio, foram aprovados os seguintes Planos de Emergência:

- » PME Mafra
- » PME Sintra
- » PME Vale de Cambra
- » PEE Bayer (Sintra)
- » PEE Digal (Sintra)
- » PEE Chemetall (Sintra)
- » PEE Ílhavo
- » PEE Complexo Industrial Barreiro
- » PEE Acidentes Rodoviários Túnel Gardunha e Alpedrinha

A CNPC deliberou também recomendar às CM de Ílhavo e Barreiro a realização de uma revisão intercalar dos respetivos PEE após um ano da sua vigência (para os restantes Planos aplica-se o prazo de revisão regular de dois anos para os PME e Plano Especial de Acidentes Rodoviários e de três anos para os PEE).

“Terra Deserta” expõe desertificação em Portugal

Estudantes do Instituto Europeu de Design de Turim (IED), em Itália, fotografaram, durante dez dias, alguns locais do Algarve e do Alentejo, para registar uma paisagem em risco de desertificação. O resultado é uma exposição itinerante de 58 imagens que, depois de ter passado por Mértola, Portimão e Lisboa, percorrerá o resto do país até ao fim deste ano.

O objetivo da exposição, que conta com o apoio do Secretariado Executivo da Convenção de Combate à Desertificação, sediado em Bona, e da Autoridade Florestal Nacional (AFN), é alertar a sociedade para a problemática da desertificação, procurando dar uma visão clara e objetiva do avanço deste flagelo no Algarve e Alentejo interior (Vale do Guadiana).

Seminário sobre núcleos históricos urbanos antigos

O Secretário de Estado da Protecção Civil, Vasco Franco, presidiu à sessão de abertura do Seminário “Núcleos Urbanos Antigos, Estratégias de Protecção Civil – As vulnerabilidades dos núcleos urbanos antigos e históricos. Prevenção, resposta e mitigação de riscos”, organizado pela Câmara Municipal do Seixal, que decorreu no dia 23 de junho, no Fórum Cultural do Seixal, com o objetivo de divulgação de medidas de proteção civil para os núcleos urbanos antigos, divulgação de ideias e projetos ligados à proteção civil e à definição de estratégias de gestão na área da segurança contra incêndios e segurança sísmica no edificado no âmbito do planeamento de emergência, promovendo sinergias entre essas áreas e o ordenamento e planeamento do território.

Vasco Franco presidiu ao Colóquio “Proteção Civil, um Desafio Permanente”, em Torres Vedras e visitou os CDOS de Leiria e de Coimbra

O Secretário de Estado da Proteção Civil, Vasco Franco, presidiu no dia 2 de junho à sessão de abertura de um colóquio organizado pela Câmara Municipal de Torres Vedras, sob o tema “Proteção Civil, um desafio permanente”. Saudando a iniciativa, Vasco Franco recordou que o grande desafio que se coloca é o da sensibilização dos cidadãos para que interiorizem a ideia de que todos são agentes de proteção civil, devendo guiar os seus comportamentos pelo princípio da precaução, evitando atitudes que possam ser geradoras de risco para os próprios e para terceiros.

De seguida, Vasco Franco deslocou-se ao CDOS de Leiria, onde assistiu ao briefing semanal para avaliação da situação no distrito, em particular no que respeita a incêndios florestais, visitando depois, na companhia do Governador Civil do Distrito, do Presidente da Câmara, do Presidente da ANPC e do General 2.º Comandante-Geral da GNR, o Centro de Meios Aéreos de Pombal, onde manteve contacto com a companhia do GIPS/GNR ali sediada.

Já no Distrito de Coimbra deslocou-se ao CMA da Lousã, onde esteve reunido com o Governador Civil, o Presidente da Câmara e os dirigentes da ANPC e GNR já referidos, avaliando a situação no distrito em matéria de preparação para a época de fogos florestais e deixando ao pelotão do GIPS presente no local uma mensagem de confiança na sua ação nos próximos meses.

1.



Visita ao CMA da Lousã
1.

Exposição itinerante no CDOS do Porto

A iniciativa das comemorações distritais do Dia da Proteção Civil no distrito do Porto envolveu, entre outras atividades, a execução de um painel/expositor, por município, com fotografias de trabalhos realizados pelos alunos dos Clubes de Proteção Civil escolares subordinados ao tema “Os Riscos do meu Concelho”.

Os 18 municípios do distrito aceitaram o desafio lançado pelo Governo Civil e CDOS do Porto e do resultado da apresentação desses trabalhos surgiu uma exposição composta por painéis com imagens alusivas à atividade da Proteção Civil e seus Agentes, impressas na frente e verso de cada painel.

A intenção do Governo Civil e do CDOS do Porto foi transformar este conjunto de painéis numa exposição itinerante que percorresse os 18 municípios do distrito. Assim, desde o dia 7 de março, cada município recebe a exposição por um período de cerca de uma semana, colocando-a em local de visibilidade pública ou percorrendo as sedes de agrupamento escolares e escolas secundárias do respetivo município.

CDOS de Beja e Bragança com novos Comandantes

Por despacho do Presidente da ANPC, Major-General Arnaldo Cruz, foram nomeados em comissão de serviço, por 3 anos, os novos Comandantes Operacionais Distritais de Beja e Bragança.

Para Beja foi nomeado o Major Victor Manuel Cabrita que assumiu as funções no dia 1 de julho, substituindo, assim, Canudo Sena, que passou à reforma. Victor Cabrita é licenciado em Direito e possui um vasto currículo de formação na área militar.

Em Bragança, o novo CODIS, Major de Infantaria Carlos Alberto Alves, tomou posse no dia 1 de junho, substituindo assim Melo Gomes, que manifestou vontade de abandonar o cargo e regressar ao Exército. Carlos Alves é licenciado em Ciências Militares com uma pós-graduação em Finanças Públicas.

AMBINERGIA – Pensar global, agir individualmente

O CDOS Porto participou na Feira AMBINERGIA – Feira Internacional de Ambiente, Energia e Sustentabilidade, que decorreu na Exponor.

Com esta participação em stand, o CDOS Porto teve a possibilidade de sensibilizar os visitantes para a construção de uma sociedade sustentável, através de medidas e comportamentos que minimizem os problemas ambientais. O CDOS Porto teve ainda a oportunidade, através da divulgação de imagens e panfletos, de alertar os cidadãos para a urgência de medidas capazes de travar os problemas ambientais.

Uma vez mais, a aposta do Comando Distrital assenta em despertar o pensamento global e em sensibilizar o cidadão a agir individualmente.

Início da Fase Charlie do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais

Desde o dia 1 de julho e até ao dia 30 de setembro, o país conta, nas operações de combate a incêndios florestais, com a intervenção de 4.255 bombeiros, 78 Comandantes de Permanência às Operações (CPO), 638 elementos do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da GNR, 41 equipas da Força Especial de Bombeiros “Canarinhos”, num total de 252 elementos e 120 Equipas de Intervenção Permanente dos Bombeiros, compostas por 600 operacionais.

Este dispositivo integra operacionais de outros Agentes de Protecção Civil que estarão igualmente no terreno durante o período de maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, como é o caso das Equipas do SEPNA da GNR, da PSP, das Brigadas dos Sapadores Florestais, dos Sapadores Especiais do Exército, de Equipas da AFOCELCA, e equipas do Grupo de Análise e Uso do Fogo (GAUF), bem como Equipas de Vigilância e Ataque Inicial do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, num efetivo total de 3.451 operacionais. Os meios aéreos disponíveis incluem 35 helicópteros de ataque inicial, 5 helicópteros KAMOV para ataque ampliado e 16 aviões, dos quais dois são Canadairs 215 CI utilizados para ataque ampliado, num total de 56 meios aéreos.

O dispositivo é coordenado pela ANPC, através do Comando Nacional (CNOS) e dos Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS).

As ignições em zonas florestais durante os períodos de maior risco, a maior parte motivada por ações de negligência, propiciam condições para o surgimento de situações complexas que são normalmente potenciadas por condições meteorológicas extremas de difícil ou muito curta previsão. Durante esta fase estão, por conseguinte, proibidas queimadas e fogueiras em zonas florestais e no espaço rural, e é interdito o uso de equipamentos de queima e combustão destinados à iluminação e/ou confeção de alimentos.

De acordo com os dados do último relatório da Autoridade Florestal Nacional (AFN), entre 1 de janeiro e 15 de junho deste ano, arderam 2.700 hectares (ha), entre povoamentos (628 ha) e matos (2.072 ha).

O histórico, entre 2000 e 2009, do total de ocorrências e área ardida, até 15 de junho, mostra que em 2010 o total registado em ocorrências e áreas ardidas é significativamente inferior ao ano 2009.

Comparando os dados deste ano com os valores médios do decénio anterior, registam-se menos 2.988 (-55%) ocorrências e arderam menos 6.601 ha (-71%).

Os dados da AFN indicam, também, que Viana do Castelo é o distrito com maior área ardida de mato, tendo sido consumidos 977 hectares, seguido de Braga (368 ha), Vila Real (187 ha), Aveiro (121 ha) e Bragança (11 ha).

Por sua vez, o maior número de ocorrências registou-se no Porto, distrito fortemente influenciado pelo elevado registo de fogachos, conforme refere o relatório, acrescentando que das 512 ocorrências, 92 por cento correspondem a fogachos (afetando áreas inferiores a um hectare).

Os dados mostram, igualmente, que maio foi o mês com o maior número de ocorrências (850) e área ardida (1.010 ha), bem com em reacendimentos (15), comparando com os meses anteriores.

Os dados do último relatório provisório da Autoridade Florestal Nacional indicam, ainda, que relativamente à média dos últimos 10 anos, todos os meses de 2010 apresentam valores inferiores, com exceção do mês de maio cujos valores superam a média em 143 ha.

A maior parte dos incêndios começa com um acto negligente.



A maior parte dos incêndios florestais começa com um acto negligente: um cigarro atirado ao chão, uma fogueira, um foguete. Não seja culpado de um crime como este.

Neste Verão, na floresta

 Não faça fogueiras
 Não lance foguetas
 Não吸e cigarros para o chão

Em caso de incêndio, ligue **112**

Portugal sem fogos depende de todos.

Investigação criminal em matéria de Incêndios Florestais

A Polícia Judiciária (PJ) é, nos termos da sua lei orgânica, um corpo superior de polícia criminal, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça, competindo-lhe, entre outras tarefas e já há largos anos, a prevenção e a investigação do crime de incêndio doloso (florestal e urbano).



O ano de 2004 marcou um ponto de viragem na atitude institucional da PJ face aos incêndios florestais, que se deu com a aprovação do Plano Nacional para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal (PNPICIF), documento revisto no ano seguinte, e que ainda hoje é a “trave-mestra” da atuação da PJ nesta matéria, estando ali sintetizados o conjunto de procedimentos que cada Diretoria e Departamento da PJ devem adotar anualmente.

A causa próxima desse Plano, como então foi referido, residiu “na catástrofe provocada pelos incêndios que assolaram o nosso país no período de julho a setembro de 2003, ceifando vidas, destruindo património, causando graves prejuízos económicos, afetando, irremediavelmente, ecossistemas e gerando uma maior degradação do ambiente. Esta situação provocou um clima de pânico e insegurança generalizada que nem sempre teve a resposta adequada por parte dos diversos meios atuantes no terreno. Por estas razões veio a Polícia Judiciária, de forma imprevista, a assumir, conseqüentemente, um protagonismo para além do esperado, comparativamente com anos anteriores”, receando-se, também na altura, que a mesma situação se viesse a repetir no ano de 2004, se não fossem tomadas medidas.

A tónica do PNPICIF reside na importância que deve ser dada, anualmente, às atividades de prevenção criminal da PJ, através de “ações que anulem a sensação de insegurança e, simultaneamente, possam reduzir as oportunidades que propiciam o crime”; no plano externo, preconiza-se “o estabelecimento e a sustentação de uma rede de contactos com os demais operadores nesta área, que permitam obviar a prática do crime através de procedimentos normalizados e coordenados”.

O Plano Nacional para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal é a “trave-mestra” da atuação da PJ em matéria de incêndios florestais.

Tem sido, pois, com este enquadramento de princípio que a PJ vem, desde então, investindo na padronização dos métodos interventivos em todas as suas unidades orgânicas, o que se tem procurado e conseguido através da formação especializada, com a realização frequente de cursos, seminários, encontros técnicos, “workshops”, etc., procurando que nesta, como noutras áreas reservadas de competência investigatória da PJ, os seus funcionários estejam a par das modernas técnicas de investigação criminal.

A importância da prevenção criminal nesta matéria faz com que, obedecendo a um cronograma de atuação anual, aprovado superiormente pelo Diretor Nacional da PJ, o trabalho das Brigadas de investigação comece alguns meses antes da chamada “época dos incêndios”, perspetivando-se, antecipadamente, o reforço dos meios humanos e materiais ao seu dispor, distribuindo-se a informação recolhida de várias entidades de forma a ser testada “no terreno”, vigiando-se locais de potencial risco, e iniciando-se os contactos, formais e informais, com as demais entidades relacionadas com os incêndios florestais (ANPC, AFN, Bombeiros, Governos Cívicos, GNR, etc.).

Esta interação com outras entidades, conforme desde o início o Plano preconizou, tem constituído uma mais-valia assinalável na prevenção e investigação do crime de incêndio florestal doloso, como sempre vem sendo assinalado pelos investigadores e responsáveis da PJ, pois, respeitando-se as competências, as especificidades e os “saberes” de cada uma das instituições, ela tem permitido uma eficaz articulação e uma profícua troca de informação que a todos tem aproveitado.

Foi também ao abrigo deste Plano que foi criado o Grupo Permanente de Acompanhamento e Apoio (GPAA), constituído por cinco funcionários da PJ, designados pelo Diretor Nacional, grupo este que tem como principais funções, em matéria de prevenção e investigação do crime de incêndio florestal, fazer o levantamento das necessidades de meios humanos, sua formação, dos meios materiais, propor anualmente o cronograma de ações, recolher e difundir a informação útil, promover reuniões, elaborar o relatório anual de atividades e representar externamente a PJ.

Rui Almeida - Diretor da Diretoria do Centro - Responsável pelo GPAA da PJ

Ao abrigo do Plano Nacional para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal foi criado o Grupo Permanente de Acompanhamento e Apoio.

Perfil do Incendiário florestal

Cumprindo-se o PNPICIF foi possível desenvolver o perfil sócio-psicológico do incendiário florestal, atualizado cada ano, sendo hoje possível definir o comportamento criminal mais frequente: o incendiário é do sexo masculino, solteiro, analfabeto ou com 1.º ciclo, sem condenações anteriores, é operário nãoespecializado, reformado ou desempregado, pratica o crime entre as 12 e as 16 horas, ou pelas 20 horas, usa a chama direta para fazer a ignição (com fósforos, isqueiro, velas, queimadas), abandona o local após o delito, reside na mesma localidade e o espaço incendiado é florestal e/ou inculto.

Fazendo-se o balanço do ano de 2009, fixaram-se os seguintes números: ocorrências participadas - 3184, arguidos constituídos - 137, detidos - 48, inquéritos saídos para acusação - 124, inspeções judiciais - 574.

Impacto Psicológico da Prática dos Tripulantes de Ambulância

A amostra do estudo foi constituída por 50 Corpos de Bombeiros, num total de 833 Bombeiros portugueses.

Um estudo efetuado no âmbito de um Doutoramento elaborado no Departamento de Psicologia da Universidade Évora, em articulação com a Unidade de Investigação em Psicologia da Saúde do Instituto Piaget de Almada, com o Núcleo de Segurança e Saúde da ANPC, e com o apoio da Liga dos Bombeiros Portugueses, revelou que 65% dos tripulantes de ambulância já vivenciaram, no desempenho das suas funções, pelo menos um acontecimento traumático. O estudo consistiu numa avaliação nacional da saúde física e psicológica dos tripulantes de ambulância, em 4 fases ao longo de um ano, nomeadamente dos efeitos que a exposição diária e continuada a incidentes de carácter traumático podem ter na sua saúde e no seu bem-estar psicológico.

Na primeira fase de avaliação, os resultados foram convergentes com outros estudos internacionais, tendo revelado que a saúde e o bem-estar físico e psicológico dos bombeiros pode ser comprometido pelas tarefas e exigências inerentes à profissão de socorro, uma vez que estes profissionais estão suscetíveis a efeitos traumáticos posteriores, em resultado do seu envolvimento secundário em incidentes críticos. Este trabalho, que visa contribuir para a compreensão das consequências psicológicas da exposição diária a incidentes de carácter traumático e o seu impacto na saúde e bem-estar dos Bombeiros Portugueses, evidenciou alguns indicadores que apontam para a necessidade de prestar apoio psicológico a estes profissionais, no sentido de atenuar o sofrimento psicológico e os sintomas decorrentes da exposição a eventos de carácter traumático. Surge assim a questão: É pertinente criar-se gabinetes de apoio psicológico nas instituições que prestam serviços de emergência pré-hospitalar?

A amostra do estudo foi constituída por 50 Corpos de Bombeiros distribuídos pelos diferentes distritos dos Países, num total de 833 bombeiros portugueses que tripulam regularmente ambulâncias de socorro. Dos participantes, 80% pertenciam ao sexo masculino, com uma média de idades de 32 anos. No que se refere à atividade profissional, em média os tripulantes de ambulância tinham 11 anos de profissão e trabalhavam em regime de assalariado e voluntariado.

Relativamente ao género, não se verificaram diferenças na forma como os homens e mulheres vivenciam os acontecimentos traumáticos, na presença de sintomatologia dissociativa e de stress pós-traumático.

Mestre Dália Marcelino, Universidade de Évora

Prof. Doutora Maria João Figueiras, Instituto Piaget de Almada

Prof. Adelaide Claudino, Universidade de Évora

24.^a Reunião de Diretores-Gerais de Proteção Civil



Portugal, através da ANPC, participou, entre os dias 10 e 11 de junho, em Madrid, na 24.^a Reunião de Diretores-Gerais de Proteção Civil da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, da Croácia, da ex-República Jugoslava da Macedónia e da Turquia. A reunião contou com a participação de representantes dos 27 Estados-membros, Islândia e Noruega (Espaço Económico Europeu), Croácia e Turquia (países candidatos), e ainda de representantes da Comissão Europeia e do Secretariado Geral do Conselho, num total de 70 participantes.

Durante o encontro, a Comissão Europeia destacou as consequências da crise financeira mundial, que estão a provocar uma pressão nos recursos financeiros ao dispor da Comissão no quadro da proteção civil e da ajuda humanitária, obrigando a uma análise ainda mais refletida das ações a desenvolver.

Ao nível das temáticas discutidas, destacam-se:

(i) A fusão dos serviços da Proteção Civil e Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (a Comissão Europeia é da opinião que esta fusão trará, a curto prazo, um valor acrescentado na assistência internacional, e contribuirá para o aparecimento de sinergias com vista a uma melhor preparação para prevenir e enfrentar catástrofes);

(ii) A avaliação da cooperação ao nível da proteção civil no espaço europeu (a Comissão está atualmente a preparar uma avaliação global abrangendo a implementação do Instrumento Financeiro de Proteção Civil, a reformulação do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil e a Ação Preparatória

sobre a criação de uma capacidade de resposta rápida ao nível da UE.

(iii) A melhoria da capacidade de resposta rápida da UE (a Comissão pretende apresentar uma Comunicação sobre a Capacidade de Resposta da UE às catástrofes, que cobrirá todos os aspetos da resposta a catástrofes. Este documento vai reunir os principais componentes da resposta da UE a catástrofes de grandes dimensões, incluindo a ajuda humanitária e proteção civil, bem como o recurso aos meios militares como última possibilidade, em circunstâncias excecionais.

(iv) As Emergências recentes (a solidariedade dos Estados-membros foi, neste primeiro semestre de 2010, posta à prova nas 12 ativações do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil durante a presidência espanhola, destacando-se situações de emergência de grande escala como os casos do Haiti e do Chile).

Por fim, a Bélgica, país que assume o exercício da Presidência do Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2010, apresentou como prioridades no âmbito da proteção civil, a prevenção de catástrofes (procura de soluções inovadoras de financiamento), o apoio dado pelos Estados numa situação de emergência nacional (enquanto país afetado) e o apoio à assistência consular (tendo por base o projeto SERM, que Portugal, através da ANPC, integra, na qualidade de membro do comité de gestão).

Reunião de Diretores-
-Gerais de Proteção Civil
1.

Crise financeira internacional obriga
a uma ponderação redobrada das ações
a desenvolver pela Comissão Europeia
no domínio da Proteção Civil.

Legislação

Consulta em: www.prociv.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante.aspx

Despacho n.º 9317/2010, de 1 de junho
Determina a repartição dos encargos com a RNSI.

Despacho n.º 9105/2010, de 27 de maio
Concessão a 11 profissionais do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa da medalha de mérito de proteção e socorro, no grau cobre e distintivo laranja.

Portaria n.º 287/2010, de 27 de maio
Aprova o Regulamento de Administração e Gestão do Fundo Florestal Permanente.

Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010, de 26 de maio
Altera a orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM.

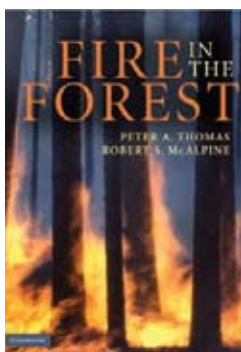
Glossário

DOMÍNIO DO INCÊNDIO

O domínio é um dos marcos importantes do ataque a um incêndio que é atingido quando este, já comprovadamente

circunscrito a uma área limitada, cede perante a ação desenvolvida pelos meios existentes.

Publicações



Peter A. Thomas e Robert S. McAlpine . *Fire in the Forest*

São benéficos ou destrutivos os incêndios florestais? Por que razão os incêndios florestais às vezes são controlados, e outras vezes não? Qual o efeito das alterações climáticas? Estas e muitas outras perguntas são respondidas neste livro, escrito em linguagem não técnica e ricamente ilustrado. A viagem começa com uma longa história geológica do fogo, explorando os fatores que mais contribuem para os grandes incêndios florestais, terminando com uma tentativa de enunciar as razões que determinam a atual perceção social deste fenómeno.

WWW

Instituto de Socorros a Náufragos — <http://www.marinha.pt/pt/isn/Pages/ISN.aspx>

O ISN - Instituto de Socorros a Náufragos – é um organismo da Direcção-Geral de Autoridade Marítima, dotado de autonomia administrativa e com atribuições de promover a direcção técnica no que respeita à prestação de serviços com vista ao salvamento de vidas humanas na área da jurisdição marítima. Para além da informação institucional, podemos encontrar neste site legislação específica sobre esta área de actividade, bem como material diverso de informação e sensibilização sobre segurança nas praias. Na consulta ao site podemos ainda ter acesso ao planeamento dos cursos previstos para nadadores salvadores, requisitos de admissão a esses cursos, bem como informação sobre as entidades formadoras reconhecidas pelo ISN.

«Surviving the Tsunami» — <http://tsunami.trust.org/>

Cinco anos após o tsunami no oceano Índico, a Fundação Thomson Reuters e a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho juntaram-se para prestar uma homenagem a todos os que sobreviveram e cujas vidas foram radicalmente alteradas em resultado da maior catástrofe natural de que há memória. Este site é um livro de testemunhos, ilustrado com fotografias de alguns dos mais credenciados fotojornalistas da atualidade.

Instituto de Socorros a Náufragos



Por ordem do rei D. Miguel foi criada em 1838, em São João da Foz do Douro, a Real Casa de Asilo dos Náufragos, destinada a casa abrigo para salva-vidas. O Real Instituto de Socorros a Náufragos foi criado por Carta de Lei de 21 de abril de 1892, mantendo-se como presidente a sua fundadora, Sua Majestade a Rainha Dona Amélia, até à implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, passando a designar-se por Instituto de Socorros a Náufragos (ISN).

O ISN começou como uma organização privada, sob a égide da Marinha de Guerra, formada por voluntários.

Por dificuldades de fundos e de pessoal para as suas embarcações salva-vidas, passou o ISN a partir de 1 de janeiro de 1958 a ser um organismo de Estado na dependência da Marinha.

A vigilância nas praias com embarcação foi-se estendendo lentamente ao longo das praias do país, mas não deixa de ser interessante verificar que nos primeiros trinta anos não há registos de acidentes mortais, o que parece indicar que não só a afluência era pequena como a prática da natação devia ser muito limitada.

A partir de 1956, os cursos de nadadores-salvadores não deixaram de crescer, tendo tido um aumento espetacular de frequência no ano de 1992 em que, nos primeiros nove meses, foram formados 970 nadadores-salvadores, contra 680 em todo o ano anterior. Em 2000, o ISN formou um total de 1453 nadadores-salvadores.

Atualmente, o dispositivo que o Instituto tem espalhado pela orla costeira nacional é constituído por 65 embarcações salva-vidas distribuídas por 31 estações salva-vidas e por diversas Corporações de Bombeiros do litoral, cerca de 140 embarcações salva-vidas de pequeno porte, bem como 24 auto-porta-cabos.

O ISN é um organismo da Direcção-Geral de Autoridade Marítima, dotado de autonomia administrativa e com fins humanitários, exercendo as suas funções em tempo de paz ou de guerra, assistindo igualmente qualquer indivíduo, indistintamente da sua nacionalidade ou qualidade de amigo ou inimigo.

O ISN tem como missão estabelecer procedimentos de natureza técnica relativos ao salvamento de vidas humanas; assegurar a cooperação e colaboração com os organismos internacionais que se dediquem a atividades humanitárias de salvaguarda da vida humana, ao socorro de embarcações ou na assistência aos banhistas e elaborar projetos de publicações e propor campanhas de sensibilização e informação com vista à prevenção de acidentes marítimos.

O ISN é um organismo da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, dotado de autonomia administrativa e com fins humanitários.



7 – 9 JULHO
 PORTO
 CURSO SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS ESCOLARES, HOSPITALARES E LARES DE IDOSOS – APLICAÇÃO DO REGULAMENTO TÉCNICO
 Organizado pelo CENERTEC – Centro de Energia e Tecnologia – este curso decorrerá no Hotel Egatur Maia e tem como objetivo proporcionar um conhecimento aprofundado das exigências de segurança contra incêndio aplicáveis às utilizações – tipo referidas, das 1.ª e 2.ª categorias de risco. Mais informações em www.cenertec.pt.



13 JULHO
 LISBOA
 CICLO CINEMA & AMBIENTE
 Em colaboração com a Cinemateca Portuguesa, o Programa Gulbenkian Ambiente organiza, até meados de julho, o ciclo Cinema & Ambiente. O objetivo deste ciclo de cinema é motivar uma discussão alargada com o público sobre a temática ambiental, contando para isso com o contributo de personalidades públicas de áreas diversas, convidadas para comentar os filmes.

ATÉ FINAL DE AGOSTO
 LISBOA
 PAVILHÃO DO CONHECIMENTO – NOITE NO MUSEU - VEM ACAMPAR NO LIMITE!
 O Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, reedita esta atividade, destinada aos mais novos, na qual os pequenos exploradores vão montar um acampamento, partindo depois para a sobrevivência em ambientes extremos (frio, calor, escuridão, falta de oxigénio, aridez). Será que vão conseguir adaptar-se? Para esta atividade, a ANPC disponibilizou um conjunto de materiais de sensibilização alusivos aos incêndios florestais (medidas de prevenção e auto-proteção) e sobre os perigos que um simples passeio no campo ou montanha pode comportar, se não forem acautelados alguns procedimentos básicos. Mais informações em www.pavconhecimento.pt.

**PRAIAS VIGIADAS
 PRAIAS SEGURAS**
 A SEGURANÇA TAMBÉM DEPENDE DE SI

UTILIZE PRAIAS VIGIADAS

RESPEITE AS INDICAÇÕES DOS NADADORES SALVADORES

RESPEITE OS SINAIS DE PERIGO E PROIBIÇÃO E AS FAIXAS DE RISCO

VIGIE AS SUAS CRIANÇAS PERMANENTEMENTE E DE DISTÂNCIA PRÓXIMA

EVITE A PRÁTICA DE ACTIVIDADES RECREATIVAS SOZINHO

**ARRIBAS:
 QUEDA DE BLOCOS E DESMORONAMENTOS PODEM OCORRER E CONSTITUIR RISCO**

EM CASO DE ACIDENTE:
 PRAIAS VIGIADAS
ALERTE O NADADOR SALVADOR
ALERTE A AUTORIDADE MARÍTIMA
 PRAIAS NÃO VIGIADAS
LIGUE 112

INSTITUTO DA ÁGUA-IA
 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
 Instituto da Água, I.P.
 Av. Alameda das Colinas, 20
 1048-066 LISBOA
 Tel.: +351 218 430 000 - fax: +351 218 473 571
www.iag.pt

ARH
 Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
 Administração da Região Hidrográfica do Alentejo
 Rua 1.ª de Maio, 11
 7000-109 BEJA
 Tel.: +351 254 266 200
 Fax: +351 254 266 200
 Alentejo: +351 254 266 200
 Alentejo: +351 254 266 200

INSTITUTO DA SEGURANÇA INTERNA
 Autoridade Nacional de Protecção Civil
 Av. do Forte em Carnaxide
 2794-112 CARNAXIDE
 Tel.: +351 21 4247100 - fax: 21 4247180
www.proci.pt

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
 Instituto de Socorros e Náufragos
 Rua Sines de Cavais, 31
 2760-043 CAVIAS
 Tel.: +351 214 344 712 - fax: +351 214 410 390
www.marinho.pt

DESFRUTE A PRAIA EM SEGURANÇA

PROCI BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Edição e propriedade – Autoridade Nacional de Protecção Civil **Director** – Arnaldo Cruz
Redacção e paginação – Núcleo de Sensibilização, Comunicação e Protocolo **Fotos** – ANPC
Design – Barbara Alves **Impressão** – Europress **Tiragem** – 2000 exemplares **ISSN** – 1646–9542
 Impresso em papel 100% reciclado RENOVA PRINTE.

Os artigos assinados traduzem a opinião dos seus autores. Os artigos publicados poderão ser transcritos com identificação da fonte.

Autoridade Nacional de Protecção Civil Pessoa Colectiva nº 600 082 490 **Av. do Forte em Carnaxide / 2794–112 Carnaxide**
 Telefone: 214 247 100 **Fax: 214 247 180** geral@proci.pt www.proci.pt